

# Uma Europa Segura num Mundo Melhor

Javier Solana,

Secretário-geral do Conselho da União Europeia,  
Alto Representante para a Política Estrangeira e de Segurança Comum

Conselho Europeu

Tessalonica, 20 de Junho de 2003

## INTRODUÇÃO

A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje. À violência que marcou a primeira metade do Século XX seguiu-se um período de paz e estabilidade sem precedentes na história europeia.

No cerne deste desenvolvimento está a criação da União Europeia, que veio transformar as relações entre os nossos Estados e também as vidas dos nossos cidadãos. Os países europeus estão empenhados em resolver pacificamente os conflitos e em cooperar entre si, através de instituições comuns. Ao longo deste período, assistiu-se à transformação de regimes autoritários em democracias seguras, estáveis e dinâmicas e os

---

\* Versão on line  
<http://ue.eu.int/pressdata/PT/reports/76259.pdf>  
Acedido em 09-12-2003

sucessivos alargamentos têm vindo a tornar realidade a visão de um continente unido e em paz.

Os Estados Unidos desempenharam um papel crucial no êxito deste processo, através do seu apoio à integração europeia e do seu compromisso de segurança para com a Europa, no âmbito da NATO.

O fim da Guerra Fria não pôs termo às ameaças e aos desafios com que os países europeus se vêem confrontados em matéria de segurança. A eclosão do conflito nos Balcãs veio lembrar-nos que a guerra ainda não desapareceu do nosso continente.

Ao longo da última década, não houve no mundo uma única região que tivesse sido poupada a conflitos. Na sua maior parte, os conflitos ocorreram, não entre Estados, mas sim a nível interno. No mesmo período, foram destacadas para o estrangeiro mais forças europeias do que em qualquer uma das décadas precedentes, inclusive para zonas tão longínquas como o Afeganistão, o Congo ou Timor-Leste.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição dominante enquanto actor militar; nenhum outro país ou grupo de países se lhe compara em termos de capacidade. No entanto, não há um único país que possa enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que hoje em dia se colocam.

União de 25 Estados com mais de 450 milhões de pessoas e uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto (PNB) do mundo, a União Europeia é, quer se queira quer não, um actor global; deve, pois, estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade pela segurança global.

## I. NOVAS AMEAÇAS NUM NOVO QUADRO DE SEGURANÇA

### *O novo quadro*

O quadro pós-Guerra Fria caracteriza-se por uma crescente abertura das fronteiras. Os fluxos de comércio e investimento, o desenvolvimento da tecnologia e a expansão da democracia trouxeram a muitos cada vez mais liberdade e prosperidade. Graças a esta evolução, foram alargadas as possibilidades de intervenção de grupos não estatais nos assuntos internacionais. Apesar destas tendências animadoras, muitos são os problemas que continuam por resolver; nalguns casos, registou-se mesmo um agravamento da situação.

Os conflitos regionais continuam a alimentar a instabilidade, a perturbar a actividade económica e a reduzir as oportunidades das pessoas afectadas. Os problemas que se fazem

sentir, designadamente, em Caxemira e na Península da Coreia têm um impacto tanto directo como indirecto nos interesses europeus, o mesmo acontecendo com os conflitos que grassam em zonas mais próximas, sobretudo no Médio Oriente.

Há quase 3 mil milhões de pessoas - metade da população mundial - a viver com menos de 2 euros por dia. Eleva-se a 45 milhões o número daqueles que todos os anos continuam a morrer de fome e subnutrição. A África Subsariana é agora mais pobre do que há dez anos atrás. Em muitos casos, o fracasso do crescimento económico está ligado aos problemas políticos e às situações de conflito violento. Nalgumas regiões do mundo, nomeadamente na África Subsariana, assistiu-se à emergência de um ciclo de insegurança.

Desde 1990, já morreram em guerras quase 4 milhões de pessoas, 90% das quais entre a população civil. Em todo o mundo, são mais de 18 milhões aqueles que tiveram de abandonar os seus lares ou os seus países devido a situações de conflito.

A má governação é muitas vezes o elemento fulcral destes problemas. A corrupção, o abuso de poder, a debilidade das instituições e a ausência de responsabilização constituem factores que corroem os Estados por dentro e contribuem para a insegurança regional.

A segurança é condição prévia para o desenvolvimento. Os conflitos destroem a infra-estrutura, inclusive de carácter social, mas não só: também incentivam a criminalidade, desencorajam o investimento e tornam impossível a manutenção de uma actividade económica normal. Alguns países e regiões correm o risco de se enredarem numa espiral descendente de conflito, insegurança e pobreza.

Embora não represente uma ameaça na acepção estratégica normal, o aumento das temperaturas nas próximas décadas, anunciado pela maior parte dos cientistas, é de molde a causar novas turbulências e novos movimentos migratórios nalgumas regiões do mundo.

A dependência energética é outra fonte de preocupação. A Europa é o maior importador mundial de petróleo e gás. As importações representam actualmente cerca de 50% do consumo de energia. Esta proporção elevar-se-á a 70% em 2030. Na sua maior parte, as importações provêm do Golfo, da Rússia e do Norte de África.

### *Novas ameaças*

É actualmente improvável que algum Estado-Membro venha a sofrer uma agressão em vasta escala. Mas a Europa enfrenta agora novas ameaças que são mais diversificadas,

menos visíveis e menos previsíveis. A Europa enfrenta, em especial, três ameaças de relevo.

### **Terrorismo:**

O terrorismo internacional é uma ameaça estratégica. Põe vidas em risco, impõe custos avultados, ameaça a abertura e a tolerância das nossas sociedades. O novo terrorismo é diferente das organizações que conhecemos. Não só assume dimensão internacional, com ligações através de redes electrónicas, e dispõe de grandes recursos, como também está livre dos condicionalismos das organizações terroristas tradicionais. Como habitualmente pretendem granjear apoio político, estas últimas dão provas de alguma autocontenção; em última instância, podem até mostrar-se dispostas a abdicar da violência e seguir a via da negociação. Os novos movimentos terroristas parecem estar prontos a fazer uso de uma violência sem limites e a causar grande número de vítimas. É por este motivo que os atrai a ideia de obter armas de destruição maciça, contrariamente ao que sucede com as organizações terroristas tradicionais.

A Europa é simultaneamente um alvo e uma base para esses terroristas.

Foram descobertas bases logísticas de células da Al Qaeda no Reino Unido, em Itália, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica. Alguns países europeus foram designados pela Al Qaeda como alvos potenciais. Foram planeados ataques de grandes proporções no nosso território, ataques esses que, felizmente, puderam ser evitados.

A mais recente vaga de terrorismo está relacionada com o fundamentalismo religioso violento. Estão na sua origem razões complexas como as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras. Trata-se de um fenómeno que também faz parte das nossas sociedades.

**A proliferação das Armas de Destruição Maciça** é a mais importante das ameaças à paz e à segurança entre as nações. Os regimes instaurados pelos tratados internacionais e os mecanismos de controlo das exportações fizeram abrandar a proliferação das ADM e dos sistemas de lançamento. Porém, estamos hoje em dia a entrar numa nova fase perigosa que abre a possibilidade de uma corrida às ADM, especialmente no Médio Oriente. A divulgação da tecnologia dos mísseis vem acrescentar um novo elemento de instabilidade e colocará a Europa perante riscos acrescidos.

O cenário mais assustador é o da aquisição de armas de destruição maciça por parte de grupos terroristas. Quanto mais se prolongar a proliferação, maior será o risco.

Se este cenário se verificar, um pequeno grupo terá capacidade para infligir danos a uma escala que antes se encontrava apenas ao alcance dos Estados e dos exércitos. Nestes casos, a dissuasão perderia a sua eficácia. Com o progresso das ciências biológicas, a potência das armas biológicas poderá vir a aumentar nos próximos anos; os ataques com produtos químicos e radiológicos constituem hoje também uma séria possibilidade.

**O fracasso dos Estados falhados e a criminalidade organizada:** Em muitas regiões do mundo, a má governação, os conflitos civis e o fácil acesso a armas ligeiras levaram ao enfraquecimento das estruturas do Estado e da sociedade. Em alguns casos, esta situação levou praticamente ao colapso das instituições estatais. A Somália, a Libéria e o Afeganistão são os exemplos recentes mais conhecidos. A fraqueza do Estado é muitas vezes explorada (e por vezes causada) por elementos criminosos. Os proventos da droga têm contribuído para o enfraquecimento das estruturas do Estado em diversos países produtores de droga; no Afeganistão, as receitas da droga mantiveram no poder os Talibãs e vários exércitos privados. Quando o Estado fracassa, é a criminalidade organizada que ocupa o seu lugar. As actividades criminosas nesses Estados afectam a segurança da Europa. Há importantes fluxos ilícitos de droga e de migrantes que chegam à Europa através dos Balcãs, da Europa Oriental e da Ásia Central.

Todos estes elementos no seu conjunto – o terrorismo empenhado na máxima violência, a disponibilidade de armas de destruição maciça e o fracasso dos sistemas estatais –, poderão colocar-nos perante uma ameaça verdadeiramente radical.

## II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Este novo mundo oferece à Humanidade as melhores perspectivas que jamais conheceu e simultaneamente um futuro mais assustador. Dependerá em parte da nossa actuação, qual destas hipóteses se tornará realidade. O presente documento propõe três objectivos estratégicos para a União Europeia. Em primeiro lugar, podemos dar um contributo especial para a estabilidade e a boa governação nas regiões mais próximas de nós. Em segundo lugar, e de forma mais ampla, temos de construir uma ordem internacional baseada num multilateralismo efectivo. Por último, temos de fazer face às ameaças, tanto antigas como novas.

*Alargar a zona de segurança em torno da Europa*

Mesmo na era da globalização, a geografia continua a ser importante. É do interesse da Europa que os países situados junto às suas fronteiras sejam bem governados. Para a Europa, constitui problema ter na sua vizinhança países envolvidos em conflitos violentos, Estados enfraquecidos em que floresce a criminalidade organizada, sociedades disfuncionais ou um crescimento incontrolado da população.

Com a reunificação da Europa e a integração dos Estados aderentes ficaremos em maior segurança, mas também mais próximos de zonas conturbadas. Compete-nos promover uma cintura de países bem governados, a Leste da União Europeia e na orla do Mediterrâneo, com os quais possamos estabelecer estreitas relações de cooperação.

O exemplo que mais bem ilustra a importância deste facto são os Balcãs, região onde a União Europeia, juntamente com a NATO e outros parceiros, está empenhada em garantir a estabilidade, a boa governação e a maior integração possível na Europa. É um esforço que haverá que sustentar durante alguns anos.

Não é do nosso interesse que o alargamento crie novas linhas de fractura na Europa. É necessário tornarmos extensivos aos nossos futuros vizinhos a Leste - a Ucrânia, a Moldávia e a Bielorrússia - os benefícios da cooperação económica e política, sem deixar de resolver os problemas políticos que os afectam. Devemos interessar-nos mais pelos problemas do Sul do Cáucaso, que, a seu tempo, será também uma região vizinha.

A resolução do conflito israelo-árabe é uma prioridade estratégica para a Europa e um pressuposto sem o qual serão poucas serão as possibilidades de sucesso na resolução de outros problemas do Médio Oriente. Há mais de vinte anos que a União Europeia está envolvida neste processo, que continua a representar um interesse fundamental, agora impulsionado pelo Quarteto.

A região do Mediterrâneo, em geral, continua a ver-se confrontada com graves problemas de estagnação económica, perturbações sociais e conflitos por resolver. Os interesses da União Europeia exigem um envolvimento continuado com os parceiros do Mediterrâneo, através de uma cooperação mais eficaz a nível económico, cultural e de segurança, no âmbito do Processo de Barcelona.

*Reforçar a ordem internacional*

Num mundo de ameaças globais, mercados globais e meios de comunicação globais, a nossa segurança e a nossa prosperidade dependem de um sistema multilateral efectivo. Devemos ter por objectivo o desenvolvimento de uma sociedade internacional mais forte, de instituições internacionais que funcionem sem atritos e de uma ordem internacional que respeite as regras estabelecidas.

É com apreço que registamos a adesão de novos membros às instituições-chave no sistema internacional – tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as Instituições Financeiras Internacionais. A China aderiu à OMC e a Rússia apresentou a sua candidatura. Deve ser nosso objectivo aumentar o número de adesões a esses organismos, sem comprometer os elevados padrões que os caracterizam.

Um dos elementos fulcrais do sistema internacional é a relação transatlântica. Ela não é só do nosso interesse bilateral, mas reforça a comunidade internacional como um todo. A NATO é uma importante manifestação desse relacionamento.

Também as organizações regionais reforçam a governação mundial. Para a União Europeia, a força e a eficácia da OSCE e do Conselho da Europa assumem particular significado. Outras organizações regionais, como a ASEAN, o MERCOSUL e a União Africana, são parceiros importantes.

O enquadramento fundamental das relações internacionais é a Carta das Nações Unidas. Reforçar a Organização das Nações Unidas, dotando-a dos meios necessários para que possa cumprir as suas missões e actuar de forma eficaz, deve ser uma das prioridades da Europa. Se quisermos que as organizações, regimes e tratados internacionais respondam eficazmente às ameaças à paz e à segurança, devemos estar prontos para actuar quando as suas regras forem violadas.

Uma ordem internacional em que sejam respeitadas as regras estabelecidas não é possível sem que as leis evoluam em função de fenómenos como a proliferação, o terrorismo e o aquecimento do planeta. É do nosso interesse contribuir para o desenvolvimento das instituições existentes, tais como a Organização Mundial do Comércio, e apoiar novas instituições, como o Tribunal Penal Internacional.

A qualidade da sociedade internacional depende da qualidade dos Governos que constituem o seu fundamento. A melhor protecção para a nossa segurança é um mundo constituído por Estados democráticos bem governados. As melhores formas de reforçar a ordem

internacional são a disseminação da boa governação, a luta contra a corrupção e os abusos de poder, o estabelecimento de Estados de direito e a protecção dos direitos humanos.

As políticas de comércio e de desenvolvimento podem ser poderosos instrumentos para a promoção de reformas. Sendo os maiores fornecedores mundiais de ajuda pública, a União Europeia e os seus Estados-Membros estão bem colocados para prosseguir estes objectivos. Um dos principais elementos da estratégia de segurança da União Europeia deve ser contribuir para uma melhor governação através de programas de assistência, da condicionalidade e de medidas comerciais bem orientadas. O mundo será mais seguro para a União Europeia e para os seus cidadãos se for visto como fonte de justiça e de oportunidades para todos. Um empenhamento de carácter preventivo poderá evitar problemas mais graves no futuro.

Certos países colocaram-se fora dos limites da sociedade internacional. Alguns isolaram-se voluntariamente; outros violam de forma continuada as normas internacionais da governação interna ou da conduta internacional. É desejável que esses países voltem a juntar-se à comunidade internacional. Aqueles que o não quiserem fazer deverão compreender que há um preço a pagar, designadamente a nível das suas relações com a União Europeia.

#### *Fazer face às ameaças*

A União Europeia tem tido um papel activo na abordagem das ameaças constituídas pelo terrorismo, pela proliferação e pelo fracasso dos Estados/criminalidade organizada.

- Reagiu ao 11 de Setembro com a adopção de um pacote que incluiu a criação do mandado de detenção europeu, medidas de luta contra o financiamento do terrorismo e um acordo de auxílio judiciário mútuo com os Estados Unidos.
- Tem prosseguido, de há muitos anos a esta parte, políticas de luta contra a proliferação. A União acaba de chegar a acordo sobre um novo programa de acção que prevê disposições tendentes a reforçar a Agência Internacional da Energia Atómica, bem como medidas para reforçar o controlo das exportações e para combater as remessas ilegais e as aquisições ilícitas.
- A União Europeia e os Estados-Membros intervieram no sentido de ajudar ao restabelecimento de Estados em colapso, nomeadamente nos Balcãs, no Afeganistão e em África (sendo o Congo o exemplo mais recente).

Vale a pena salientar alguns pontos comuns destas ameaças e do modo como devem ser combatidas.

As ameaças da nova era são muitas vezes longínquas. Numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós. Tanto as actividades da Coreia do Norte no domínio nuclear, como os riscos nucleares na Ásia Meridional e a proliferação no Médio Oriente constituem motivo de preocupação para a Europa. Os terroristas são hoje capazes de actuar no mundo inteiro: as suas actividades na Ásia Central ou Meridional podem representar uma ameaça para os países europeus ou para os seus cidadãos. Entretanto, a globalização da comunicação leva a que as tragédias humanitárias nos Estados em colapso, em qualquer parte do mundo, possam inquietar profundamente a opinião pública europeia.

O nosso conceito tradicional de auto-defesa – até ao final da Guerra Fria – baseava-se na ameaça de invasão. No contexto das novas ameaças, a primeira linha de defesa passa muitas vezes a situar-se no exterior.

As ainda novas ameaças são dinâmicas. Se nada for feito, tornar-se-ão mais perigosas. Os riscos de proliferação aumentam com o passar do tempo; se nada for feito, as redes terroristas tornar-se-ão cada vez mais perigosas (deveríamos ter iniciado muito mais cedo o combate contra a Al Qaeda).

O fracasso dos Estados e a criminalidade organizada têm tendência a alastrar se ignorarmos esses fenómenos – como tivemos ocasião de verificar na África Ocidental.

Assim, devemos estar prontos a actuar antes de ocorrerem as crises. Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar.

Por contraste com a ameaça maciça e visível da Guerra Fria, nenhuma das novas ameaças é puramente militar nem pode ser combatida com meios exclusivamente militares. Todas requerem uma conjugação de instrumentos. A proliferação pode ser sustida por meio do controlo das exportações e combatida através de pressões políticas, económicas e outras, ao mesmo tempo que se atacam as causas políticas subjacentes. A luta contra o terrorismo pode implicar uma conjugação de meios – meios políticos, militares, serviços de informações e outros. Nos Estados em colapso, podem ser necessários instrumentos militares para restabelecer a ordem e instrumentos humanitários para fazer frente à crise imediata. Os instrumentos económicos são colocados ao serviço da reconstrução, e a gestão civil de crises contribui para reconstituir a administração civil. A União Europeia está particularmente bem equipada para reagir a estas situações multifacetadas.

### III. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS PARA A EUROPA

Nos últimos anos, a União Europeia efectuou progressos no que toca ao desenvolvimento de uma política externa coerente e de uma gestão de crises eficaz. Dispomos de instrumentos susceptíveis de serem usados com eficácia, conforme demonstrámos nos Balcãs (e agora num plano mais vasto). Porém, se quisermos que o nosso contributo esteja à altura do nosso potencial, teremos que ser mais activos, mais coerentes e mais capazes.

**Mais activos** na prossecução de todos os nossos objectivos estratégicos. São especialmente necessárias novas políticas para combater as novas ameaças dinâmicas. Enquanto União de 25 Estados-Membros, com uma despesa total de 160 mil milhões de euros no capítulo da defesa, devemos ser capazes de manter, se necessário, várias operações em simultâneo. Temos que desenvolver uma cultura estratégica que promova uma intervenção precoce, rápida e, se necessário, enérgica. Devemos ter em mente, antes de mais, as operações que envolvem capacidades militares e civis, pois trata-se de uma área em que podemos representar uma especial mais-valia. Uma União Europeia mais activa será uma União Europeia com maior peso político em todas as situações, mesmo naquelas em que não está em causa uma intervenção militar ou civil.

**Mais coerente.** Somos mais fortes quando actuamos em conjunto: é essa a justificação da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Europeia de Segurança e Defesa. Ao longo dos últimos anos, criámos uma série de instrumentos diferentes, cada um dos quais com a sua própria estrutura e filosofia. O desafio consiste agora em congregar os diferentes instrumentos e capacidades: programas de assistência europeus, capacidades militares e civis dos Estados-Membros e outros instrumentos como o Fundo Europeu de Desenvolvimento. Todos eles podem contribuir para a nossa segurança e para a segurança dos países terceiros. A segurança é a condição primeira para o desenvolvimento. Deverá ser nosso objectivo criar sinergias por meio de uma abordagem mais coerente e mais abrangente.

Os esforços diplomáticos, assim como as políticas nos domínios do desenvolvimento, do comércio e do ambiente, deverão obedecer à mesma agenda. Numa situação de crise, não há nada que possa substituir a unidade do comando.

É necessária uma maior coerência, não só entre os instrumentos da UE, mas também nas actividades externas de cada um dos Estados-Membros. A ajuda externa da União cifra-se em cerca de 7 mil milhões de euros por ano; os Estados-Membros gastam aproximadamente dez vezes mais.

**Mais capaz.** Uma Europa mais capaz está ao nosso alcance, embora seja preciso tempo para realizarmos todo o nosso potencial. Devemos concentrar-nos, em especial, nos seguintes pontos:

- Mais recursos para a defesa. Se encaramos seriamente as novas ameaças e a necessidade de criar forças móveis mais flexíveis, teremos que consagrar mais recursos à defesa.
- A duplicação em matéria de meios de defesa é frequente em toda a União Europeia. O recurso sistemático a meios partilhados e postos em comum reduziria os custos e, a médio prazo, levaria a um aumento das capacidades.
- Uma maior capacidade para concentrar recursos civis em situações de crise e rescaldo de crises. Devemos procurar, nomeadamente, mecanismos mais sólidos de planeamento civil e de apoio às missões. Em quase todas as intervenções de grande envergadura, o caos civil sucedeu à eficiência militar.
- Maior capacidade diplomática. Trata-se de um elemento tão importante como a capacidade civil e militar, se pretendemos utilizar politicamente da melhor forma os outros recursos. As ameaças que temos de enfrentar estão mais distantes e são-nos mais estranhas do que as da Guerra Fria. É necessária uma melhor compreensão dos países estrangeiros. Temos mais de 45 000 diplomatas. Também aqui a partilha de recursos reforçaria a capacidade. Precisamos de criar um sistema que conjugue os recursos dos Estados-Membros com aqueles de que dispõem as instituições da UE.
- Uma melhor partilha de informações entre Estados-Membros e com os nossos parceiros: uma análise comum das ameaças é a melhor base para uma actuação comum.
- À medida que formos aumentando as capacidades nas diversas áreas, devemos fixar como horizonte um espectro alargado de missões. Para além das missões de Petersberg, poderão incluir-se nesse espectro as operações conjuntas de desarmamento, o apoio a países terceiros nocombate ao terrorismo e a reforma do sector da segurança. Este último ponto enquadrar-se-ia num contexto mais vasto de criação de instituições.

**Colaborar com os nossos parceiros** São poucos ou nenhuns os problemas que temos capacidade para enfrentar sozinhos. As ameaças atrás descritas são ameaças comuns, que partilhamos com todos os nossos parceiros mais próximos. A cooperação internacional é uma necessidade. Devemos prosseguir os nossos objectivos tanto através da cooperação

multilateral nas organizações internacionais como por meio de parcerias com outros actores ou regiões essenciais.

Entre estas últimas, nada pode substituir a relação transatlântica. Actuando em conjunto, a União Europeia e os Estados Unidos podem ser no mundo uma extraordinária força benéfica. Criando capacidades e reforçando a coerência, tornar-nos-emos um actor mais credível e um parceiro mais influente.

Devemos continuar a reforçar a nossa capacidade para colaborar com outros actores fundamentais. A União Europeia mantém relações com países do mundo inteiro, mas nos próximos anos devemos concentrar-nos especialmente no desenvolvimento de parcerias estratégicas com a Rússia, o Japão, a China, o Canadá e a Índia. Estes parceiros desempenham, nas respectivas regiões e para além delas, um papel cada vez mais importante. Nenhuma das nossas relações será exclusiva. Estamos prontos a desenvolver parcerias activas com qualquer país que partilhe os nossos objectivos e esteja disposto a agir para os defender.

## Conclusão

Vivemos num mundo em que se perfilam novos perigos, mas também novas oportunidades. Se conseguir tornar-se um interveniente plenamente actuante, a União Europeia tem o potencial necessário para dar um contributo fundamental, tanto para a contenção das ameaças como para a realização das oportunidades. Uma União Europeia activa e capaz teria um forte impacto à escala mundial, contribuindo assim para um efectivo sistema multilateral conducente a um mundo mais justo e mais seguro.